



projeto ainda não foi sancionado pelo Poder Executivo

Ministério debate Projeto de Lei do Plano Diretor de Rio Branco

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) realizou uma reunião para discutir o Projeto de Lei do Plano Diretor de Rio Branco. O encontro ocorreu no gabinete da Corregedoria-Geral e reuniu representantes da sociedade civil organizada, do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) e da Câmara Municipal de Rio Branco. Durante a reunião, foram apresentados estudos técnicos elaborados pelo MPAC e pelo TCE-AC. Representantes da sociedade civil apontaram possíveis incompatibilidades do texto aprovado com a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, especialmente em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, ao ordenamento territorial e à participação popular prevista na legislação. A corregedora-geral Patrícia de Amorim Rêgo destacou a importância do diálogo entre as instituições e a sociedade na discussão do planejamento urbano de Rio Branco.

Fraudes em concurso público

Denúncia do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) resultou na condenação do psicólogo, Jorge Manoel Mendes Cardoso, pelo crime de falsidade ideológica praticado durante a fase de avaliação psicológica do Concurso Público para Agente Penitenciário do Estado de Roraima, realizado em 2021. Para o Promotor de Justiça, Masato Kojima, autor da Denúncia, a condenação reforça a importância da responsabilização de condutas que atentam contra a regularidade dos concursos públicos.



Denúncia é do Ministério Público do Estado de Roraima

sistemas BRT Belém e BRT Metropolitano

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Urbanismo da Região Metropolitana de Belém, propôs a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ao Município de Belém e ao Governo do Estado do Pará para promover a integração plena entre os sistemas BRT Belém e BRT Metropolitano, com o objetivo de garantir maior eficiência na prestação do serviço de transporte público à população da Região Metropolitana.

Morador de Rondônia acerta na Lotomania

Um morador de Porto Velho, em Rondônia, ganhou sozinho R\$ 477.802,13 ao acertar os 20 números do concurso 2949 da Lotomania, sorteado no início desta semana, em São Paulo (SP). A aposta vencedora foi feita pela internet, nos canais eletrônicos das Loterias Caixa, em um jogo simples de R\$ 3. Na Lotomania, é preciso escolher 50 números dentre os 100 disponíveis no volante.

Segurança

O Amazonas reuniu representantes da rede de proteção de Itamarati para organizar o fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Participaram do encontro integrantes do Cras e Conselho Tutelar. A iniciativa busca padronizar procedimentos, integrar os serviços e ampliar a articulação.

CNH

O número de exames teóricos para obtenção da CNH caiu 2,5% no Amapá entre janeiro e abril de 2026, enquanto o país registrou crescimento de 28% no mesmo período. Os dados mostram que foram aplicadas mais de 1,1 milhão de provas em todo o Brasil. Apesar da redução estadual, o total de condutores aprovados apresentou aumento.

Programa

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Amazonas participou do Congresso de Pesquisa Judiciária. Pesquisadores apresentaram estudos e acompanharam a diplomação de uma mestranda e de egressas. A participação integra ações de cooperação entre a universidade e o Tribunal para incentivar pesquisas.

Reunião

O Ministério Público do Amapá promoveu reunião com moradores de comunidades da BR-210, em Pedra Branca do Amapari, para tratar da qualidade do fornecimento de energia elétrica. O encontro reuniu representantes de órgãos públicos e concessionária responsável pelo serviço. A iniciativa busca identificar demandas locais e definir medidas.

Atividades

A atuação do Ministério Público do Tocantins resultou na interdição de um abatedouro em Natividade após decisão da Justiça. A medida foi adotada porque o estabelecimento manteve o funcionamento mesmo após notificações sobre falhas sanitárias. A ação também busca impedir a comercialização de carne sem procedência.

Especialistas

A Universidade do Acre realizou o Seminário de Boas Práticas em Planejamento e Governança Pública. A programação reúne estudantes, pesquisadores, docentes e gestores para debater desenvolvimento regional, mobilidade, educação, empreendedorismo e administração pública. As atividades incluem palestras e mesas de discussão.



Ministério Público realiza escuta na Comunidade

Comunidade indígena cobra nova escola em Uiramuta

Escuta reuniu comunidade e órgãos para tratar da construção da unidade

As dificuldades enfrentadas no acesso à educação pela comunidade indígena do Morro, localizada no Município de Uiramutã, levaram o Ministério Público de Roraima a realizar, na última semana uma escuta com os moradores da região.

Participaram do encontro o Promotor de Justiça e coordenador do Grupo de Atuação Especial de Vítimas, Minorias e Direitos Humanos (GAEVI-MDH), André Paulo Pereira e a Secretária Adjunta da Educação Escolar Indígena, Jane Moreira. Na ocasião, ouviram as reivindicações dos professores, gestores, alunos e lideranças indígenas, que relataram as dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais. Foram apontados problemas como: falta de professores, superlotação, estrutura precária das unidades de ensino, dificuldades de acesso às escolas e falta de energia. A Comunidade do Morro atende a outras oito comunidades no entorno com mais de 200 famílias.

A Professora Crislayne Moreira, 28 anos, lamenta que as dificuldades atrasem o processo de ensino e aprendizagem. “Alguns alunos de outras comunidades deixam de vir à aula em razão do difícil acesso e quando conseguem

são liberados por falta de energia”, lamenta.

Atualmente, os próprios moradores, por meio da Associação de Pais e Mestres, tentam levantar recursos para construção de uma outra escola na comunidade.

CONVITE DA COMUNIDADE

Segundo o Promotor de Justiça, a visita ocorreu após convite da comunidade e teve como objetivo conhecer de perto a realidade local, ouvir as demandas do povo indígena e buscar soluções em conjunto com os órgãos públicos. A agenda também incluiu a avaliação das condições da área destinada à futura unidade de ensino.

“Realizamos a escuta da comunidade, cuja principal demanda é a construção de uma escola. Também estamos priorizando o diálogo interinstitucional com a SEED para que nossos estudantes indígenas tenham escolas com infraestrutura digna”, destacou.

A secretária Adjunta de Educação Indígena acrescentou que a reivindicação é antiga. “Conseguimos solucionar algumas demandas pontuais, porém, a construção da escola é uma prioridade e vamos conseguir avançar”, concluiu.